

A CONCEPÇÃO ONTO-MARXISTA DO SER SOCIAL: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO

Rosângela Ribeiro da Silva¹

Jackline Rabelo²

Maria das Dores Mendes Segundo³

Resumo

O presente artigo se vincula à discussão sobre a constituição do homem enquanto ser social e historicamente construído à luz dos fundamentos da ontologia marxiana. Compreendemos que a posse desse referencial possibilita-nos a apropriação crítica e situada do conjunto de determinações que envolvem as contradições próprias do movimento do real, bem como rastrear o seu entrelaçamento teórico-prático com o complexo da educação. Para tanto, debruçamo-nos sobre autores clássicos do campo da ontologia marxiana, recuperando, em grandes linhas, as ideias de István Mészáros, um autor representativo da melhor tradição crítica-ontológica à sociedade capitalista iniciada por Marx, demarcando, ademais, as contribuições de autores contemporâneos afinados com este mesmo referencial. Sob esse prisma, partimos do entendimento de que a concepção materialista de história humana inaugurada por Marx assegura como premissa primeira “a existência de indivíduos humanos vivos”, ou seja, a existência de indivíduos que produzem os seus meios de vida, distintos de outros animais, e que, a partir das condições encontradas na natureza, modificam-na através de suas ações ao longo da História, produzindo a base material de sua existência através do trabalho.

Palavras-chave: Ontologia Marxiana; Trabalho; Educação.

¹ Mestranda da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. rosinha124@yahoo.com.br

² Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – Faced/UFC. Professora da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/UECE. jacklinerabelo@uol.com.br

³ Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará – Fafidam/UECE. Professora Colaboradora do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação - CMAE/UECE. Professora da Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO/UECE. mendessegundo@uol.com.br

LA CONCEPCIÓN ONTOLÓGICA MARXISTA DEL SER SOCIAL: ELEMENTOS DE COMPRENSIÓN

Resumen

El presente artículo se enlaza a la discusión sobre la constitución del hombre mientras ser social e históricamente construido a la luz de los fundamentos de la Ontología Marxiana. Comprendemos que la posesión de ese referencial nos posibilita la apropiación crítica y situada del conjunto de determinaciones que envuelven las contradicciones propias del movimiento del real, bien como rastrear su entrelazamiento teórico y práctico con el complejo de la educación. Para tanto, nos inclinamos sobre autores clásicos del campo de la Ontología Marxiana, recuperando, en grandes líneas, las ideas de István Mészáros, un autor representativo de la mejor tradición crítica y ontológica a la sociedad capitalista iniciada por Marx, demarcando, además, las contribuciones de autores como Marx, Engels, Lukács y Mészáros, y autores contemporáneos afinados con ese mismo referencial, como Lessa, Tonet, Costa, Lima. Bajo ese prisma, partimos del entendimiento de que la concepción materialista de la historia humana inaugurada por Marx asegura como premisa primera “la existencia de individuos humanos vivos”, o mejor, la existencia de individuos que producen sus medios de vida, distintos de otros animales, y que, a partir de las condiciones encontradas en la naturaleza, la modifican a través de sus acciones al largo de la Historia, produciendo la base material de su existencia a través del trabajo.

Palabras llaves: Ontología Marxiana; Trabajo; Educación.

O presente artigo se vincula à discussão sobre a constituição do homem enquanto ser social, historicamente construído à luz dos fundamentos da Ontologia Marxiana. Comprendemos que a posse desse referencial nos possibilita a apropriação crítica e situada do conjunto de determinações que envolvem as contradições próprias do movimento do real, bem como rastrear o seu entrelaçamento teórico-prático com o complexo da educação. Para tanto, debruçamo-nos sobre autores clássicos do campo da Ontologia Marxiana, recuperando, em grandes linhas, as ideias de István Mészáros, um autor

representativo da melhor tradição crítica-ontológica à sociedade capitalista iniciada por Marx, demarcando, ademais, as contribuições de autores contemporâneos afinados com este mesmo referencial.

Nesse sentido, retomamos, em grandes linhas, o referencial marxista, em que o próprio Marx (2000) – que desmonta a lógica da dialética hegeliana, apanhando, para tanto, o próprio procedimento teórico-metodológico de Hegel, que concebe a história como o movimento das ideias – vai defender a compreensão da razão do empírico como a própria razão da realidade, e que para atingir o conhecimento em si, a essência do objeto, é preciso ultrapassar o empírico, o fenômeno, o que está dado, a superfície. Para o autor, é necessário fazer esse “caminho” armado de conceitos e teorias do objeto de estudo, passando, dessa forma, do conceito abstrato para o real. Marx inaugura, assim, uma nova forma de fazer ciência.

Marx leva-nos ao entendimento de que o homem foi avançando na medida em que foi produzindo seus meios de vida, pois no ato da construção, por exemplo, do primeiro machado, criou condições de utilizar materiais que mediassem sua relação com a natureza, assim como a redução do seu tempo de trabalho.

A própria postura ereta do homem deu-lhe condições de perceber o que estava à sua volta e que o seu olhar era o seu instrumento de trabalho. O tato cego foi substituído por um processo que poderia chamar-se de mais metódico. Isso foi possível, conforme Marx, pela sua sedimentação na terra, no ato de deixar de ser nômade.

Lukács, na esteira de Marx, afirma que dos seres existentes o homem é o mais avançado. Ao tratar do “recuo das barreiras naturais”, o autor assinala que esse recuo acontece pelo próprio desenvolvimento do pensamento e das relações de produção, mas a base natural do processo de produção é ineliminável.

Marx (2000, p. 11) assinala que a história dos homens deve considerar a história da natureza e vice-versa, afirmando que esses dois aspectos não podem ser separados, “visto que quase toda a ideologia se reduz a uma concepção deturpada dessa história ou uma completa abstração dela”, ou, como se queira referir, uma compreensão invertida da história da humanidade. A história da natureza evolui de acordo com a história dos homens e vice-versa. É importante ressaltar que em Marx

(2002) a história da natureza e dos homens não pode ser dividida enquanto existirem homens.

A concepção de história humana inaugurada por Marx (2000, p. 14-15) é a materialista, que assegura como premissa primeira “a existência de indivíduos humanos vivos”, ou seja, a existência de indivíduos que produzem os seus meios de vida distintos de outros animais. São os homens que, a partir das condições encontradas na natureza, modificam-na através de suas ações ao longo da História. Considerando essas ações humanas, Marx faz a já citada distinção entre os homens e os outros animais, visto que aqueles produzem a base material de sua existência, através do trabalho.

De acordo com o autor, foi assim no ato de construção do machado. A partir da necessidade, o homem subjetivou o objeto num movimento de “prévia-ideação”. O homem, apropriando-se da natureza para transformá-la, transformou a si mesmo, acumulando conhecimento e aperfeiçoando-o na medida em que foram surgindo novas necessidades. Marx (2002, p. 22) afirma que “a produção das idéias, representações da consciência, está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”.

Lukács (1978) assinala que a essência do trabalho faz-se no momento separatório constituído não somente pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência que organiza a idéia na mente do trabalhador de forma ideal. Sendo assim, o homem, como um ser que trabalha e que dá respostas, é posto por Lukács (1978, p. 6) como um animal que se torna parte do gênero humano, tornando-se homem pelo trabalho. É através da atividade do trabalho que o homem tem a possibilidade de satisfazer as suas necessidades, desenvolvendo-se socialmente e em proporção crescente, não em uma relação imediata, mas

[...] transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas.

Nesse sentido, Lukács (1978, p. 6) afirma que “o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais”.

Lessa (2007, p. 36), fundamentado na perspectiva marxista, afirma que, em Lukács, o trabalho é a forma primária do agir humano e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social. Entretanto, deve-se observar que os inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos à categoria trabalho, pois a “reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não os especificamente de trabalho”. No entanto, o autor deixa claro que as inúmeras formas de atividade humana não poderiam sequer existir sem o trabalho.

Lessa e Tonet (2008, p.18), por essa mesma via, afirmam que:

[...] Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar idéias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença entre do homem em relação à natureza, a evolução humana.

É nesse sentido que a ontologia marxiana se difere das outras ontologias que a antecederam, como dito anteriormente. É nessa perspectiva que Lukács assegura-nos que em Marx encontra-se a rejeição de todas as teorias ontológicas anteriores, enfatizando que os movimentos de todas as formas de ser não é algo que surge ou acontece espontaneamente, ou de forma natural, mas faz parte de um “devir-ser”, ou seja, “os movimentos, a práxis social, são resultados de atos previamente determinados; eles surgem de decisões entre alternativas em que os indivíduos decidem se o fazem ou não”.

De acordo com o autor húngaro,

Marx delinea corretamente essa condição, dizendo que os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo sob pena de se arruinarem. Eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que freqüentemente atuem contra sua própria convicção. (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Lukács (1978) assinala dessa forma que a ontologia defendida por Marx se afasta daquela defendida por Hegel, ou seja, da lógica formal idealista. Trata-se de estudar o homem como ser social, ultrapassando as leis genéticas. O materialismo histórico-dialético de Marx, de acordo com Lukács, baseia-se na forma concreta de existir: o real.

Nas palavras de Lukács (1978), “todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto”. Nesse sentido, o ser é algo dialético, dinâmico, determinante e determinado. O homem se torna homem através do trabalho, como ser que dá respostas ao carecimento, pois é a partir deste carecimento que se buscam respostas, teleologicamente, de forma articulada.

Para Lukács (1978), o caráter do trabalho é evidente na observância do seu funcionamento, sendo contrário à lei da causalidade, que é espontânea “na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral”, o que difere da teleologia, que se realiza de forma consciente. Lima (2008, p. 23), na esteira lukacsiana, acrescenta que “esse agir do próprio homem, transformando-o de ser biológico em ser social. Desta forma, da atividade vital do homem origina-se uma nova esfera do ser”.

O autor húngaro demarca que “a teleologia é um modo de pôr que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais”. Como dito anteriormente, a ontologia marxiana se afasta de filosofias anteriores que não concebiam o homem como um ser social que dá respostas ao seu carecimento através do trabalho, “não reconhecendo a posição teleológica⁴ como particularidade do ser social”. Estavam sempre reportando esse tipo de ação a outros seres transcendentais e, “por outro lado, uma natureza especial onde as correlações atuavam de modo teleológico, com a finalidade de atribuir à natureza e à sociedade tendências de desenvolvimento teleológico”. (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Costa (2001), fundado rigorosamente em Marx, afirma o trabalho como protoforma da atividade humana, permanecendo o mesmo na sociedade contemporânea como o elemento central da criação.

Nessa mesma direção, o autor, retomando o próprio Marx, assinala que é no trabalho que se dá a separação entre a ação da natureza, os seres biológicos, o ser social e o mundo dos homens. O ato do trabalho, como atividade teleologicamente orientada, é o ato intencional que o ser social desenvolve. É

⁴ Por teleologia entendemos que, a partir da leitura da ontologia marxiana, constitui-se no momento que antecede e dirige a ação do homem pelo trabalho; é a forma que distingue o homem dos outros animais. O primeiro, a partir da “prévia-ideação”, antecede na consciência (de forma simultânea) as consequências de sua ação no resultado objetivado. É um fazer organizado, orientado que tem por finalidade o objeto, seja espiritual ou material.

através dessa atividade que se dá o crescimento e o avanço da sociedade, e o homem desenvolve de maneira crescente os modos de produção, produzindo não apenas a mesma coisa. Todavia, há uma evolução não instintiva no ato de repor a partir da realidade. (Costa, 2001).

Costa (2001) diferencia esse ato de *produção do novo* dos atos de *repor o mundo*, estes como tarefa própria da esfera biológica. Portanto, o homem, desde os primórdios, ao produzir os seus meios de vida como forma de satisfação de suas necessidades, já tem em sua mente o resultado final da produção. Esse resultado final – ou seja, o objeto produzido na objetivação, no trabalho através desses elementos da “teleologia” (que se dá pela subjetividade e finalidade) e da “natureza” (onde estaria a causalidade dada) – somente tem sentido, conforme o autor, se a finalidade for o objeto. Dessa forma, tem-se o resultado de uma ação teleologicamente organizada.

O autor afirma que qualquer atividade humana é resultado dessa ação teleologicamente orientada seja nas relações humanas, na construção de uma cadeira, o próprio mercado, etc. Nesse sentido, ele retoma a afirmação de Marx que coloca o trabalho como momento fundante da sociabilidade humana.

Em consonância com o referencial marxista, Costa (2001) remete-nos à compreensão de que o trabalho, do ponto de vista da ontologia marxiana, no processo de transformação da natureza, é dado numa articulação entre teleologia e causalidade. Esta se divide em causalidade dada, próprio da natureza espontânea, como dissemos acima, e em causalidade posta, que é a transformação da causalidade espontânea em outra causalidade, pelo elemento da “prévia-ideação”, através do trabalho humano. Mesmo transformando a natureza, esta não deixa de estar presente, através de seus elementos na causalidade posta.

De acordo com Costa,

[...] nenhum outro ser da natureza tem a capacidade do homem de, a partir da prévia-ideação e das condições materiais, criar elementos que venham a lhe proporcionar maior bem-estar e facilitar a sua existência. (2001, p.34-35),

Ao transformar a natureza, através do trabalho, para a satisfação das suas necessidades, do seu carecimento, o homem sempre despendeu sua força de trabalho nas diversas formas de sociedade. Em outros termos, mesmo transformando a natureza, esta não deixa de estar presente através de seus elementos na causalidade posta, que é a transformação da causalidade espontânea pelo elemento da “prévia-ideação”, através do trabalho humano, num valoroso dispêndio de força de trabalho, nos diversos tipos de sociedade.

Lessa e Tonet (2008) afirmam que, no ato de produção do que foi subjetivado na unidade da “prévia-ideação e da natureza”, o objeto produzido pode sofrer transformações da natureza e da sociedade, pela ação humana, assim como pode ser protegido de desgastes naturais pelo uso social da humanidade, determinando, assim, a sua evolução. Uma vez criado, o objeto não pode jamais ser controlado de forma absoluta pelo criador.

Os autores asseguram que as conseqüências das ações humanas podem “ser boas ou ruins”, mas

[...] o que importa é que toda ação humana produz resultados que possuem uma história própria, que evoluem em direções e sentidos que não podem jamais ser completamente previstos ou controlados, produzindo conseqüências inesperadas. (LESSA & TONET, 2008, p. 30-31).

Lessa e Tonet (2008, p.31) assinalam ainda que, dessa forma, a ideia que foi objetivada, agora transformada em objeto, passa a sofrer influências e a influenciar a evolução da realidade que faz parte, submetido às relações de causa e efeito, passando a ter autonomia frente à consciência de quem o objetivou, como dito anteriormente, com conseqüências boas ou ruins para a natureza, para a humanidade. Essas conseqüências podem gerar novas necessidades, o que acarretará numa produção cada vez mais aprimorada, em que nem o sujeito que produziu nem o objeto poderão ser mais os mesmos, pois o homem, o sujeito, terá condições de “avaliar o conhecimento que já possui, bem como adquirir outros novos”.

Dessa forma, conforme Lessa e Tonet (2008, p.53), “para Marx, ao transformarem a natureza, os homens transformam também a si próprios como seres humanos”.

Consentâneo a essa determinação ontológica, Lima (2009, p. 25), apoiada em Marx e em Lukács, afirma que, como atividade especificamente humana, o trabalho é realizado pelo homem como ser social, ultrapassando a esfera biológica, na medida em que o ser social atua sobre a realidade e sobre si mesmo “cuja essência é efetivar-se como atividade livre e consciente”.

A autora esclarece que quando Marx afirma a “essência do trabalho livre” está considerando o caráter alternativo da objetivação no ato do indivíduo em escolher entre alternativas, residindo aí o fundamento, encontrado na ontologia marxiana, para a liberdade humana. Nessa perspectiva,

[...] As relações de exploração sob as quais o trabalho é efetivado em determinadas sociedades concretas, coloca-o como uma forma de aprisionamento e não de fundamento para a liberdade. Entretanto, neste ponto da nossa discussão, consideramos o trabalho a partir de uma compreensão ontológica e nesta, sem dúvida, podemos encontrar o fundamento para a liberdade. (LIMA, 2009, p. 25):

Lessa e Tonet (2008) assinalam que Marx e Engels, apoiados na antropologia, na arqueologia e na história, afirmaram, por sua vez, que o homem herdou dos primatas sua organização social, o que com o desenvolvimento das forças produtivas houve um processo de evolução que possibilitou a transformação dessa organização. Como o homem passou a produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência, gerou um excedente na produção, o que tornou possível a “exploração do homem pelo homem”. O que Marx e Engels, de acordo com os autores, consideram como algo inédito na sociedade que antes tinha o mesmo interesse, apesar das divergências, seria garantir a sua própria sobrevivência e do bando ao qual pertenciam – diferente do antagonismo criado na sociedade escravista, feudal, em que uma classe surge para dominar a outra que não quer ser dominada.

Foi dessa forma, segundo Lessa e Tonet (2008, p. 64-65), que surgiram as primeiras formas de sociedade de classes com interesses antagônicos e inconciliáveis, numa completa desumanização, em que a miséria, fruto das relações sociais, provocou a ampliação e a constituição dessa desumanização.

Nas palavras dos próprios autores, ao se referirem a um dos períodos da história, “frente à crise, [...] os senhores feudais romperam com os servos e

expulsaram do feudo os que estavam sobrando. Estes, sem terem do que viver, começaram a roubar e a trocar o produto do roubo com os servos”.

Os autores assinalam que assim as cidades renasceram e se desenvolveram, bem como o comércio de toda a Europa e, em pouco mais de dois séculos, surgiu a burguesia, que fez avançar ainda mais as forças produtivas e surgir duas novas classes: a burguesia e o proletariado, dentro do modo de produção capitalista.

Em se tratando da organização da sociedade capitalista, Marx (1987) afirma que o operário, nesse tipo de sociedade, não vende seu trabalho, mas sua força de trabalho, a qual varia de acordo com o tempo despendido para a realização de determinada produção ao capitalista, trocada por um salário diário ou tarefa.

Marx assinala que o capitalista dispõe de todos os meios de produção necessários ao trabalho e os coloca à disposição do trabalhador para que este trabalhe dobrado para receber pela metade do dia trabalhado. Por exemplo: em 12 horas de trabalho, receberá o operário somente por 6 horas do valor gerado. O valor gerado das outras 6 horas será reembolsado pelo capitalista.

Para Marx (1987), a força de trabalho é, na sociedade capitalista, uma mercadoria qualquer, mas certamente uma mercadoria muito especial. Ela tem, por isso, a qualidade específica de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, sobretudo, com tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela possui em si. Por conseguinte, a força de trabalho passa, então, com o avanço das forças tecnológicas e científicas retirando parte do dia de salário diário e parte do dia de trabalho, a ser oferecida ao capitalista sem ser pago por isso.

Em Marx (2008, p. 115), o trabalho como dispêndio de força, dos nervos, do cérebro, dos músculos do trabalhador para produção do objeto num tempo determinado “é a energia humana materializada num produto”. Entretanto, o que interessa ao capital é a relação de valores entre os produtos, que só serão transformados em mercadoria se esta efetivar o “processo de circulação do capital”. De acordo com Marx, “o processo de troca dá à mercadoria que transforma em dinheiro, não o valor dela, mas sua forma específica de valor”.

Nessa relação de transformação da mercadoria em capital, é ocultada a relação de quem produziu o objeto, importando se a mercadoria sob a forma de

fetichismo vai gerar “mais-valia” ao capitalista, que é gerada no processo de produção, pois o dinheiro em si não gera valor, mas a força de trabalho.

Tonet (2005), reprisando a análise marxiana sobre a lógica da sociedade capitalista, afirma que, com a entrada da sociedade de classes, esta veio produzindo um duplo efeito na história da humanidade. Por um lado, houve um avanço muito rápido das forças produtivas e da riqueza espiritual, mas com a sociedade dividida em classes, a maioria da população ficou excluída, confinada a um nível muito próximo da animalidade, marginalizada da participação desse avanço e dessa riqueza que ao longo da história foi acumulada pela humanidade.

Segundo o autor, com a entrada do capitalismo em cena, o trabalho passou a ser valorizado não como “atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas trabalho como meio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias que é o dinheiro”. A formação cultural passou a ser cada vez mais perpassada pela lógica do ter. (TONET, 2005, p. 221).

Tonet (2005) retoma o conceito de homem a partir da definição feita por Aristóteles como animal racional, distinguindo-se dos outros animais que não possuem a racionalidade. O autor faz essa reflexão por constatar que, na sociedade capitalista, a formação humana, cultural, espiritual, está subordinada aos imperativos do capital, da produção da riqueza, impossibilitando a formação integral tanto dos exploradores quanto dos explorados.

Embora haja uma dissociação entre o discurso e a realidade sobre a necessidade dos indivíduos terem acesso ao patrimônio espiritual e material produzido pela humanidade, essa dissociação se impõe como uma necessidade na sociedade capitalista. Quanto aos explorados, estes são maioria, impossibilitados de, na sua singularidade, fazer parte do gênero humano.

Mészáros (2000) enfatiza que vivemos uma crise estrutural que afeta drasticamente toda a humanidade. Tonet (2003, p. 201) lembra, a partir dessa análise, que, com a crise estrutural, a educação, assim como outros complexos sociais, está em crise. Esta divide opiniões: alguns, os conservadores, defendem-na como passageira, em que aspectos positivos devam ser considerados, cabendo, portanto, adaptar os indivíduos a essa nova situação. Outros, os progressistas, compreendem o agravamento dos problemas com o neoliberalismo, mas não

apontam para a superação do sistema do capital, mas para a sua humanização. Para o autor, a educação passa a preparar indivíduos para atender cada vez mais às exigências do mercado, caminhando rumo à mercantilização, trazendo consequências danosas à atividade educativa.

Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar a estratégia revolucionária, desenvolver atividades educativas anticapitalistas, qualquer que seja

A atividade educativa teórica ou prática que caminhe no sentido de uma autêntica comunidade humana [que] deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana e não na perspectiva de construção de um mundo cidadão. (TONET, 2003, p. 212).

Para compreendermos tais fenômenos, é necessário que recorramos à leitura do real em sua totalidade, pois, conforme assinala Mészáros (2002), a “globalização”, termo utilizado pelos capitalistas para discursar que todos os bens produzidos pela humanidade no sistema do capital seriam divididos de forma igual, é um mito, sendo, portanto, o termo “imperialismo” mais apropriado para a globalização que, segundo o autor, é um fenômeno.

Mészáros (2000) atesta que, dentro do contexto de crise desse sistema do capital, crise essa analisada como estrutural, o trabalhador não consegue se apropriar daquilo que produz. A produção de mercadorias é somente para a comercialização, não para atender as necessidades humanas. Dentro do capitalismo, conforme o autor, a dimensão horizontal do trabalho pode existir, desde que não atinja o lucro e a sua lógica que parte da exploração do homem pelo homem.

O autor destaca a contradição do sistema, fundamentando que esse antagonismo se dá devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de tomar decisões.

Portanto, o sistema do capital vive uma crise distinta das crises cíclicas, visto que a crise abala as estruturas do próprio sistema, ameaçando destruí-lo - daí que se faz cada vez mais notória “a precarização da força de trabalho humana como também a degradação do meio ambiente”. De acordo com o autor, na tentativa de superação da crise, o capital recorre a forças que lhe permitam perpetuar-se como

sistema, através do sistema ideológico e político de dominação como forma de manipulação de consciências.

Conforme Mészáros (2000), a contradição capital x trabalho faz crescer ainda mais o antagonismo das classes sociais, gerando riqueza para uns poucos e miséria para a grande maioria da população.

O autor assegura que

[...] é por isso que hoje se tornou mais óbvio do que nunca que o alvo da transformação socialista não pode ser somente o capitalismo, deve ser o próprio sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2000, p. 11).

A transformação socialista como superação do sistema do capital é, segundo Mészáros (2003), a saída que a humanidade tem para continuar existindo. De acordo com o autor, “se não houver futuro para um movimento radical de massa [...], também não haverá futuro para a própria humanidade”. A possibilidade de continuidade da espécie humana é afastada pelo capital ideologicamente, não permitindo que a humanidade, a classe trabalhadora, especialmente, perceba-se como capaz de mudar os rumos da história numa ação que promova a emancipação humana – nas palavras do próprio autor, numa sociedade “para além do capital”.

Bibliografia

COSTA, Frederico; PORTELA, J. Lima; ARAÚJO, R. Dias. A Concepção Marxiana de Trabalho e os Desafios da Atualidade. In: FURTADO, Elizabeth Bezerra; JIMENEZ, Susana Vasconcelos (Orgs.). **Trabalho e Educação**: uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3ª ed. rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Marteano Ferreira de. **Trabalho, Reprodução Social e Educação em Lukács**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2008.

LUCÁKS, George. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas em Ciências Humanas**. Nº 4. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁRIOS, István. A Crise Estrutural do Capital. In: **Revista Outubro**. nº 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

MÉSZÁRIOS, István. **O Século XXI**: Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial, 2003.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Fronteiras da Educação).

TONET, Ivo. A Educação numa Encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca (Orgs.). **Trabalho, Sociabilidade e Educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.